

ATA N.º1/2018

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2018



Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, pelas catorze horas e quinze minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória da sua Presidente, de dezanove de fevereiro do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 - Apreciação da Atividade Municipal;

Ponto 2 - Análise, discussão e votação da Versão Final da Proposta do Plano Diretor Municipal;

Ponto 3 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Núcleo Local de Inserção.

A Senhora Presidente da Assembleia iniciou a sessão cumprimentando o Executivo na pessoa do seu Presidente, os senhores deputados municipais e público presente. Começou por referir que a Assembleia Municipal é o órgão representativo da democracia local e que é esperado de todos, discutir os assuntos de interesse para o desenvolvimento e progresso do nosso concelho em democracia plena, numa atitude de respeito e de interajuda entre todos.

Comunicou a substituição do Senhor António Jorge de Jesus Silva, Presidente da Junta de Soutelo do Douro, fazendo-se representar pela Senhora Mónica Cristina Freixo e o Senhor Presidente do Castanheiro do Sul, José Manuel Guedes Vilas Boas que também justificou a sua ausência. De seguida, passou a palavra ao 2.º Secretário, Senhor Luís Paíga para que este procedesse à chamada. Verificaram-se as ausências dos Senhores Eduardo Coelho e António Vicente.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal pediu dispensa da leitura da ata requerendo, aos membros, inscrições para possíveis alterações à mesma. Inscreveram-se o Senhor António Froufe e o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Ouvidas as sugestões, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou a ata a votação, sendo esta aprovada por maioria, por não ter estado presente o Senhor António Costa.

Informou o público presente que se pretendesse intervir na sessão, o poderia fazer dirigindo-se à mesa a fim de proceder à inscrição.

A Senhora Presidente da Assembleia continuou os trabalhos dando nota da correspondência recebida. Recebeu o plano de atividades de 2017 e o plano de atividades 2018, enviado pelo Senhor Presidente da CPCJ de S. João da Pesqueira, este ficará no dossiê para consulta. Caso os Senhores Deputados assim

o entendessem, poderiam solicitar a vinda do Senhor Presidente da CPCJ a uma outra sessão para esclarecimento de dúvidas relativas a este assunto. Fez referência a um ofício recebido por parte da ANAM a convidar a Assembleia Municipal para fazer parte da Associação Nacional de Assembleias Municipais. Como é um assunto que envolve algum estudo, considerou que esta decisão será tomada na próxima sessão de Assembleia. Leu um ofício vindo da Assembleia Municipal da Guarda a pedir a adesão para uma moção de movimento pelo Interior.

O Senhor Vítor Tomé pediu para intervir, cumprimentando os presentes, disse estar atento a esta temática, entende que o Interior deveria ter benefícios em relação ao Litoral do país, passando pelo alívio fiscal. Na sua opinião, considera que a Assembleia deve aderir fazendo um documento próprio, que fizesse referência aos poucos acessos, falta de alguns serviços e "devemos lutar por aquilo que faz falta ao concelho".

A Senhora Presidente da Assembleia disse que seria melhor deixar este assunto para uma análise posterior, ainda no decorrer da reunião, estando esta Assembleia na posse de todos os documentos para uma melhor tomada de decisão. Mandou fotocopiar o referido ofício para distribuir por todos os membros da Assembleia. Continuou dando nota de mais correspondência e convites dirigidos à Assembleia.

Questionou os representantes dos grupos de trabalho se tinham algo a comunicar à Assembleia. Não havendo inscrições, a Senhora Presidente da Assembleia prosseguiu a sessão recordando o vinte e cinco de abril.

O vinte e cinco de abril, também conhecido pela revolução dos cravos, refere-se a um evento da história de Portugal resultando de um movimento político social que impôs o fim do regime ditatorial. Deu a sugestão de uma possível comemoração desta data, por parte da Assembleia Municipal. Existindo a concordância pelos membros desta assembleia, solicitou aos grupos parlamentares, para que, indicassem nomes para constituição de uma comissão de trabalho e, assim, juntamente com a Presidente da Assembleia Municipal, organizarem o cartaz a desenvolver no decorrer desse dia.

O Senhor Teófilo Anjos no uso da palavra, cumprimentou a mesa na pessoa da sua Presidente, o Executivo na pessoa do seu Presidente, Deputados e Público. Parabenizou a Senhora Presidente pela iniciativa, pensa que o anterior executivo, realizou um evento relacionado com esta comemoração. É louvável e que se encontra disponível para ajudar, assim como os seus colegas Presidentes de Junta. Na sua opinião todos os membros devem auxiliar pois a causa é comum, devendo ser feita uma homenagem aos ex-combatentes.

A Senhora Presidente da Assembleia referiu que obviamente a iniciativa será para ser dirigida a todos os elementos da Assembleia e que conta com a colaboração de todos. As escolas também devem marcar presença, pois se houver participação dos mais jovens, a adesão do público será muito maior.

O Senhor Vítor Tomé referiu que o evento do anterior Executivo a homenagear os ex-combatentes só se realizou no primeiro ano, e não houve mais iniciativas deste âmbito. Defende a comemoração do vinte e cinco de abril pois a partir dessa data existiu Assembleia Municipal e no seu entender os membros da Assembleia

2
J
mi

mais que ninguém deviam comemorar este dia. Deve ser criada a comissão não com uma, mas com duas pessoas de cada grupo parlamentar.

A Senhora Marcolina Sequeira pediu a palavra para referir estar de acordo com a proposta. O Senhor Teófilo considera que se deve fazer uma homenagem aos ex-combatentes. Concorda com a constituição da Comissão de trabalho, uma ou duas pessoas de cada grupo parlamentar, com os Presidentes de Junta a ajudar, no seu entender, quanto mais alargada for a equipa melhor.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal disse que o CLDS e o Agrupamento vão realizar um evento intitulado "A voz da criança". As crianças virão a este espaço questionar ou dar sugestões ao Executivo Camarário, relativamente a assuntos do seu quotidiano, vivências/realidade da sua escola ou local. Vai indicar o dia para os membros da Assembleia que queiram estar presentes.

Período de antes da Ordem do dia

Prosseguiu os trabalhos abrindo inscrições para o período de antes da ordem do dia, inscreveram-se os Senhores Francisco Pereira, Eduardo Frederico, Joaquim Carvalho, António Bastos, Vítor Tomé, Sebastião Mesquita e Fernando Pereira.

O Senhor Francisco Pereira cumprimentou os presentes. Começou por referir que embora seja necessário e premente, proceder antecipadamente à prevenção de incêndios 2018, também o preocupa a situação de alguns idosos com poucos meios de subsistência terem de limpar mato. Referiu ainda que a Câmara Municipal, nos casos onde os terrenos ainda não estejam limpos, terá de os limpar, fazendo referência à lei, que diz que depois pode reaver o dinheiro da limpeza. Também mencionou que o nosso concelho não é tão crítico como outros, no entanto é necessário, proceder a campanhas de prevenção, envolvendo a comunidade civil, poder político, empresas particulares e escolas. Fazendo referência ao cenário de seca extrema do país, referiu ser uma questão preocupante. A continuar esta situação, as pessoas no Verão terão problemas quer com a seca, quer no abastecimento de água. Na sua opinião é importante que as pessoas se mentalizem que a água é a mesma que corre nas nossas torneiras. Pensa que a barragem de Ranhados está em níveis alarmantes, questiona se existe alguma estratégia para esta situação e o que se está a pensar fazer. Disse que o Município tem na sua posse as piscinas e que estas consomem muita água. Os Municípios não pensam em poupar água, gastam muita água e infelizmente muitas vezes nem a pagam. Era importante considerar a possibilidade de um projeto para retenção de água, no seu entender existe muito desperdício. Deixou a sugestão de reter a água que corre nas valetas. Questionou qual o valor das faturas em dívida de água dos munícipes, qual o valor exato dessa dívida, qual o valor que já se conseguiu recuperar e se as notificações enviadas aos devedores ainda foram a tempo pois pensa que algumas já tenham prescrito.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção passando a palavra ao Senhor Eduardo Frederico.

O Senhor Eduardo Frederico proferiu que o Executivo assumiu funções relativamente há pouco tempo e que é do conhecimento público, a situação financeira do Município, não perspetivando uma tarefa fácil. Neste sentido, todos devem auxiliar no caminho difícil que o Executivo terá de percorrer. Pediu ao Senhor Presidente para referir o trabalho desenvolvido até então, pois sabe que não tem estado parado. Manifestou o seu agrado por mais uma Festa dos Saberes e Sabores do Douro. Na sua opinião devem inovar, repetir as coisas sempre nos mesmos sítios, nas mesmas circunstâncias, acaba por ser desanimador e nada atrativo para quem nos visita. Deu os parabéns ao Executivo por ter convidado o Senhor Secretário de Estado e os Presidentes de Câmara dos concelhos vizinhos, pois estas ações criam uma coesão territorial e dão mais força junto do Governo Central.

A Senhora Presidente da Assembleia agradeceu passando a palavra ao interveniente seguinte.

O Senhor Joaquim Carvalho cumprimentou os presentes, parabenizou o Executivo pela inauguração do gabinete de medicina dentária. Disse ter conhecimento que foi uma candidatura do Executivo anterior, mas só agora concretizada. Conseguiu trazer o Senhor Secretário de Estado Adjunto da Saúde, Presidente da ARS Norte e espera que o Executivo tenha feito alguma pressão, quanto à abertura dos serviços de urgência e o tão esperado serviço de cuidados continuados. Mencionou que ninguém, em tão pouco tempo, trouxe ao nosso concelho, altas instâncias ligadas ao governo central, referindo-se à presença do Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, aquando a inauguração da Festa dos Saberes e Sabores do Douro. Elogiou a organização por ter incluído, pela primeira vez, no programa um concurso de pesca e uma montaria, setores do nosso concelho que podem ser potencializados. Pediu para fazerem uma monitorização das pessoas que visitam a feira. Este estudo deveria apontar se as pessoas vêm de fora ou se é apenas gente do nosso concelho e questionou qual o orçamento para esta feira. Finalizou a sua intervenção referindo-se à dívida da água, salientou que esta não deve ser imputada ao atual Executivo e que estão a fazer uma pressão no mesmo, mas toda a dívida foi assumida pelo anterior Executivo, a este propósito não se lembra de terem existido preocupações ou terem colocado questões, quanto à dívida da água ao Executivo anterior. Os munícipes devedores da água terão de pagá-la pois ele também a paga. Este Executivo recebeu mais um presente envenenado.

A Senhora Presidente da Assembleia agradeceu passando a palavra ao Senhor António Bastos.

O Senhor António Bastos congratulou-se pela presença do Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais na feira dos Saberes e Sabores do Douro. Em abril de dois mil e dezassete, este também esteve na freguesia de Trevões para assinatura de um protocolo do salão de festas, certamente que virá mais vezes pois tem todo gosto em recebê-lo. Referindo-se à feira dos Saberes e Sabores do Douro, deixou a sugestão de passarem as atuações musicais/lúdicas para dentro do mercado quando estivesse frio, pois o terceiro grupo a atuar não tinha quase plateia, estava muito frio e as pessoas foram para dentro do mercado. Quanto à água a situação é bastante preocupante. Visitou a barragem de Ranhados e

está a 30% da sua capacidade, ou seja, se não chover chega maio e não há água para abastecer os concelhos de S. João da Pesqueira, Mêda e Foz Côa. Questionou, que a continuar assim quem seria responsabilizado pela falta de água nas nossas casas. Sabe que o abastecimento de água é da responsabilidade das Águas de Trás os Montes e Alto Douro, a Câmara tem uma dívida enorme perante os mesmos há muitos anos. Se falta a água e se acontece como no Município de Viseu, que está a gastar cerca de quinhentos mil euros mensais, para a reposição de água nos seus depósitos a situação do nosso Município ficará ainda mais catastrófica. Ao verificar-se a falta de água no nosso concelho, o Município deveria negociar uma contrapartida. Sugeriu que se deveriam explorar as nossas nascentes, há muitas freguesias que são autossustentáveis.

O Senhor Vítor Tomé propôs que a correspondência deveria estar toda fotocopiada no início das sessões e ser logo distribuída, não sendo necessário a Senhora Presidente da Assembleia estar a ler toda a correspondência. Reparou nas lombas colocadas no cruzamento de Espinho, mas pediu para serem colocadas uma ou duas mais abaixo para evitar problemas futuros. Quanto à água devem levar a cabo, junto da população, campanhas de poupança de água, quem menos gastasse, menos pagaria e teriam uma benesse.

O Senhor Sebastião Mesquita cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores. Parabenizou o Executivo pela presença de dois Secretários de Estado no nosso concelho, em menos de oito dias. São iniciativas como estas que fazem pressão e assim o poder central tem a possibilidade de verificar in loco as nossas acessibilidades. Questionou qual o ponto de situação da auditoria. Como Presidente de Junta tem sido abordado com algumas questões caricatas, pois as pessoas estão a ser forçadas a cortarem as árvores todas. Deu o exemplo de um pinhal ao pé do restaurante Costa Verde, está completamente cultivado para produção de pinhas. Alertou para não estarem a dizimar as árvores, é só limpeza dos matos. Pede para uma melhor divulgação da informação para que as pessoas não sejam induzidas em erro. A questão da água é importante, está pronto para ajudar. Era bom fazer-se uma reunião entre os Presidentes de Junta e Executivo porque mais cedo ou mais tarde a água vai falhar. Preparar uma iniciativa junto das escolas, os jovens assimilam mais rápido as precauções levando a mensagem para os pais. Os fontanários antigos em algumas freguesias como a sua foram desativados. Destruíram as tubagens e agora a água está a ser desperdiçada, a sua vontade era aproveitar essa água para usos agrícolas, mas não tem dinheiro para concretizar a sua pretensão. Lamenta que a água esteja a ser desperdiçada.

Passada a palavra ao Senhor Fernando Pereira este cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, restante mesa, o Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo, deputados e público. Começou por referir que nos últimos quatro, oito anos existiu sempre uma discussão bastante acentuada quanto à preocupação da dívida às Águas e também à cobrança dos valores. Foi um assunto várias vezes debatido nas Assembleias e uma preocupação constante, vai continuar a sê-lo, enquanto não resolverem o assunto. A dívida

continua a aumentar, há uma possibilidade de ser paga a vinte e cinco anos, até há pouco tempo só podia ser paga a cinco e, a possibilidade de ser paga a vinte e cinco anos é totalmente diferente. Concorda com o Senhor Sebastião Mesquita, quando refere que devemos tirar partido das fontes de água que temos e criar captação, reservatórios para podermos dar resposta às nossas necessidades. Parabenizou o Executivo por ter trazido gente do poder central ao nosso concelho em tão pouco tempo. Para a Feira dos Saberes e Sabores, o Executivo convidou todos os membros da Assembleia, para a inauguração do gabinete de saúde oral o mesmo não aconteceu. Isso não deve acontecer pois ao estarem todos unidos, a remar para o mesmo lado, de certeza absoluta que os resultados serão sempre mais eficazes. Para eventos futuros, o Executivo deve endereçar convite a todos os eleitos locais. Quanto à limpeza dos terrenos era importante informar as pessoas que não podem cortar árvores de fruto, é uma situação ridícula. Tentar fazer uma ação de valorização com os Presidentes de Junta e informar os Municípes.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal retomou a palavra dizendo estarem atentos nas escolas, a questão da água é problemática, estão a iniciar projetos, inclusive em fevereiro um grupo de alunos esteve na rádio local passando para o ar a problemática das águas e a alertar a população sobre a poupança da água.

De seguida passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que este pudesse esclarecer as dúvidas expostas.

O Senhor Presidente da Câmara congratulou-se com o facto de todos os elementos da Assembleia, concordarem com o Executivo ao exigirem o pagamento da água em dívida, e que, no caso do não pagamento, o procedimento será o seu corte até à liquidação total da dívida ou o pagamento por prestações.

Pena que no passado nada foi feito. Mais informou que estão a indeferir os pedidos de ramais de águas que não sejam para casas de habitação. Também se encontram a mudar as torneiras e a colocar contadores em todos os fontenários, de forma a minimizar perda de água nesses locais. Quanto à limpeza dos terrenos com mato, entende que o prazo dado é muito curto. Na verdade, a responsabilidade da limpeza não é da Câmara, mas sim dos particulares. No entanto, o Município informou os particulares através de edital e os técnicos encontram-se disponíveis para tirar todas as dúvidas existentes. Dirigiu-se ao Senhor Francisco Pereira dizendo que a prescrição da dívida da água é um assunto que nem deveria estar a ser discutido. A acontecer, alguém vai ter de ser responsabilizado, pois permitiu o não pagamento da água por parte dos municípes durante muito tempo.

Relativamente à questão levantada pelo Senhor Eduardo Frederico, solicitou que colocasse a questão no ponto relativo à Atividade Municipal. Relativamente à Festa dos Saberes e Sabores, referiu que é pretensão deste Executivo desenvolver estratégias tendentes ao desenvolvimento desportivo, cultural e paisagístico do nosso concelho, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento harmonioso e perdurável do setor turístico do nosso concelho. A mobilização de stakeholders e população em geral para algo, como por exemplo, a montaria e o concurso de

pesca só poderá ser conseguida num quadro de cooperação e partilha entre o Município e os Clubes de Caça e Pesca.

Respondendo ao Senhor António Froufe referiu que existem dois palcos, um exterior e outro interior no local onde se desenvolve a Feira dos Saberes e Sabores. No domingo anterior, após o final das duas atuações, os espetadores viram-se obrigados, de facto, a sair do local onde se encontrava o palco exterior devido às condições climatéricas, mas destacou que ninguém pode prever essa situação, até porque, depois, a terceira atuação decorreu no palco interior do pavilhão.

Relativamente à questão levantada sobre os gastos com este evento, sublinhou existir uma preocupação por parte deste executivo em reduzir o orçamento para a realização deste evento. Informou que em dois mil e dezassete, o orçamento rondou os vinte e um mil, cento e vinte e um euros e, no presente ano, o orçamento previsto é de treze mil setecentos e setenta e quatro euros. Salientou que só no orçamento do som, existiu uma poupança significativa. No ano anterior foram gastos seis mil, seiscentos e trinta e quatro euros e, no presente ano, dois mil e oitocentos mais IVA. Referindo que este orçamento contemplou ainda a colocação de dois led's.

Relativamente à dívida contraída com as Águas do Norte, informou da possibilidade de ser acordo de pagamento a vinte e cinco anos, lamentando que se tivesse chegado a um valor tão alto desde dois mil e nove. Mostrou preocupação quanto ao pagamento da mesma. Assim, para cumprir estes compromissos de pagamento contraídos anteriormente, terá de cortar noutras rubricas, pois é um dever saldar a dívida contraída.

O Senhor Francisco Pereira interveio, questionando qual o valor exato da dívida da água dos munícipes. Salientou ser importante a poupança que o atual executivo se encontra a pôr em prática. Quis saber se o som tinha sido adjudicado a alguém e como era realizado em anos anteriores.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu não lhe poder dar um número exato do valor em dívida, mas que rondaria os duzentos mil euros. Informou que as empresas e munícipes que se encontravam em dívida foram todos interpelados, tendo-lhes sido dado um prazo para pagamento de vinte dias. Um número considerável de pessoas veio liquidá-la ou solicitar o pagamento em prestações. Nas situações que não obtiveram qualquer feedback, os técnicos dirigiram-se ao local para procederem ao corte de abastecimento de água, mas as situações foram imediatamente regularizadas.

Em relação à Feira dos Saberes e Sabores ponderou não convidar as "Marias Malucas" e, em sua substituição, endereçou o convite à D. Germana e irmã, que não aceitaram por não se sentirem preparadas para este tipo de atuação. Esta animação já com o IVA incluído, ficou em mil trezentos e cinquenta e três euros. No ano transato pagaram dois mil, duzentos e setenta e cinco. O som foi adjudicado a uma empresa do concelho, à mesma que tinha sido contratada no ano anterior, cujo o representante é o Senhor Manuel Santanita.

O Senhor Sebastião Mesquita informou que no dia quinze vão ter uma reunião com os Presidentes da Junta de Freguesia para falarem de alguns assuntos e sugeriu que os Presidentes de Junta deviam reunir-se mais vezes.

A Senhora Presidente da Assembleia antes de passar ao período da ordem do dia, deu os parabéns a todo o Executivo, pela presença na SISAB Portugal, referindo que eventos como este, podem ser uma mais-valia para o nosso concelho. Fez referência ao facto do Stand do Município, aparecer na comunicação social com o Senhor Presidente da República. É importante que o nosso concelho tenha visibilidade, para que possamos captar a atenção do exterior.

Ponto 1 - Apreciação da Atividade Municipal.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início ao ponto, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para que este fizesse uma súmula do mesmo.

O Senhor Presidente começou por referir que o documento que foi entregue a todos os elementos que constituem a Assembleia resume já, só por si, toda a atividade municipal. Especificou que vão proceder à aquisição de uma retroescavadora que permita resolver os problemas das ruturas de forma célere e com menos custos.

Informou que ocupa o cargo de Vice-Presidente da Associação dos Municípios do Vale do Douro Sul. Esta associação tem ponderado a hipótese de criar uma empresa intermunicipal para o abastecimento de água em baixa. Para sua surpresa, soube que a Câmara Municipal deve à Associação dos Municípios do Vale Douro Sul trinta e seis mil euros, relativos a um projeto de dois mil e seis, e as quotas em dívida dos anos dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete.

Tem o prazer de integrar o Conselho Consultivo dos Tribunais da Comarca de Viseu. Tem vindo a solicitar diversas reuniões com os diversos Ministérios, com os quais tem reunido.

Após reunião com o Ministério da Educação foram imediatamente desbloqueadas verbas para a Esprodoiro. Reuniu com o Ministério da Saúde, tendo obtido a promessa da abertura da Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração no concelho. Nessa reunião foi abordada também a questão do SAP (Serviço de Apoio Permanente) no centro de saúde. Agendou uma reunião para dia vinte e oito de abril, em Lisboa, com o INEM.

O Município esteve presente no SISAB (Salão Internacional do Setor Alimentar e Bebidas), na Essência dos Vinhos e o Município irá marcar presença na BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa).

Já esteve presente em cinco ou seis reuniões da CIMDouro, considerando que as reuniões têm sido bastante discutidas e profícuas. As lideranças mudaram, os Presidentes de Câmara são novos, existe um espírito de união e todos trabalham em prol dos municípios que representam.

Informou que a empresa Taylor's vai construir armazéns para armazenamento de vinhos, no Nogueira, investimento que pode vir a trazer benefícios para o concelho, designadamente postos de trabalho.

Resolveu a questão das exposições temporárias do Museu do Vinho, cessando o contrato com a empresa Miolo.

No que respeita à utilização de caminhos agrícolas, a minuta do Regulamento já foi elaborada e enviada a todos os Presidentes de Junta, para que os mesmos possam dar sugestões de melhoria.

Reuniu uma equipa de técnicos da Câmara para ajudar a resolver as situações dos limites das freguesias.

Interpelou a Guarda Nacional Republicana nos seus serviços de Moimenta e Viseu relativamente às ocorrências apresentadas pelo Senhor Joaquim Carvalho na anterior Assembleia e procurou saber a razão de terem sido chamados agentes de Tabuaço. Foi-lhe respondido que o motivo se prende com a falta de efetivos. Vai agendar uma reunião com o comando de Viseu para abordar este assunto.

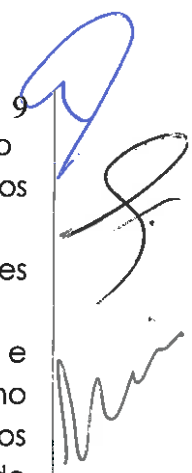
Reuniu com a EDP para se negociar as contrapartidas da implantação no nosso concelho das linhas de muito alta tensão. Em reunião, os representantes da EDP entenderam que esta negociação tinha sido acordada com as três Câmaras envolvidas, S. João da Pesqueira, Tabuaço e Armamar e, que por esta razão não haveria já nada a fazer. O Senhor Presidente da Câmara não "baixou os braços" e contactou, por ofício novamente a EDP para agendamento de uma nova reunião, por não considerar justos os valores acordados. As linhas de muito alta tensão atravessam o concelho de S. João da Pesqueira em doze quilómetros, Tabuaço em sete quilómetros e Armamar em apenas três quilómetros. Porém, todos os Municípios receberam um valor igual, (duzentos e sessenta e sete mil euros). De um valor global de oitocentos e sete mil euros. Partindo desse valor, teríamos direito a pelo menos quatrocentos e setenta e nove mil euros, Armamar a cento e quatro mil euros e Tabuaço duzentos e dezassete mil euros.

Tem vindo a visitar as freguesias, pois quer ter uma noção das necessidades de todas e a forma de as poder ajudar.

Terminada a explicação do Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal abriu inscrições para debate do ponto.

Passada a palavra ao Senhor Francisco Pereira, este pediu ao Senhor Presidente da Câmara para não facilitar na negociação do protocolo com a EDP, já estando assinado, não há muito a fazer, as questões jurídicas são complicadas. Relativamente à presença em feiras, nomeadamente, Essência do Vinho, SISAB e BTL, o Município sempre esteve presente e isso é importante. Normalmente, nesses eventos o Município tem a colaboração da Capital Douro e do PI+PA 3G, não percebe a presença do PI+PA 3G nesse tipo de eventos.

O Senhor Joaquim Carvalho interveio, seguidamente, dando os parabéns por se ter cessado o protocolo com a Naturimonte e, graças à contratação de técnicos de desporto pela Câmara, a qualidade melhorou. Existem três instalações: piscina, sala de squash e ginásio. A parte do ginásio e, olhando para os números que aparecem na atividade municipal, é a área mais utilizada. Apelou ao Executivo para o aumento do ginásio. Os usuários iriam ficar bastante satisfeitos, há períodos do dia em que a sala se torna pequena demais para tantas pessoas. Em relação à educação e, no item "aprovação de proposta de poupança dos serviços à família de S. João da Pesqueira", pediu esclarecimento. Questiona o porquê da criação do Regulamento dos serviços de Apoio à Família, se vão solicitar algumas sugestões e a quem. Em relação ao empreendedorismo, fala-se

9


numa candidatura que já foi aprovada, para a transformação digital do Município. Questionou se é apenas na sede do Município ou se as freguesias também serão abrangidas. Deu os parabéns ao Executivo pelo arranque da obra no Largo da Feira, da qual já se falava há quatro anos e nada tinha sido feito. Espera que a obra não seja pensada apenas para a feira e central de camionagem, mas como um espaço multiusos. Sugeriu a colocação de um painel com imagens 3D do resultado da obra, pois as pessoas têm curiosidade.

O Senhor Eduardo Frederico agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara o resumo feito das atividades desenvolvidas e iniciativas tomadas. Para além da dívida às águas, a restante dívida é de cerca de oitocentos mil euros a terceiros. Questionou a quem e em que se deve o dinheiro.

O Senhor António Froufe questionou em que ponto se encontra a situação da entrega em baixa. Se o Executivo está a pensar entregar e se existe algum estudo da não entrega. Em relação aos fontanários, no seu entender dever-se-ia reduzir, os habitantes violam tudo. Questionou se o edifício para a Unidade de Cuidados Continuados era aquele já criado no Centro de Saúde, pela Pesqueiramiga.

O Senhor Vítor Tomé diz pensar que a lei comunicada pelas finanças é um absurdo, pois quem faz as leis, por vezes, nem sabe o que é ter um quintal com árvores de fruto, quanto mais mandar limpar ou cortar as árvores. É um problema do Interior, quem sofreu com os incêndios foi o Interior e agora temos de limpar. Tem dúvidas quanto à lei, pois não sabe se é para prevenção ou para as Finanças ganharem dinheiro fácil.

Na parte da cultura, a Biblioteca tem vinte e oito atividades, tem mostrado trabalho e iniciativas interessantes, tem pena é que o Museu do Vinho não siga o mesmo caminho. Reparou que na parte do empreendedorismo, tem aparecido o logotipo do Património da Humanidade. Pediu ao Senhor Presidente que se substitua pelo símbolo do Coração do Douro Vinhateiro. O logotipo do Património da Humanidade corresponde a todo o Douro e o do Coração do Douro Vinhateiro pertence somente ao concelho de S. João da Pesqueira. Em relação ao turismo sugere que se deveria elaborar guias de vinhos e azeites no concelho de S. João da Pesqueira em colaboração com os produtores. Realizaram-se, em Valongo, várias jornadas do azeite onde foi falada na criação da DOP Douro.

Na última jornada realizada em Valongo, estava presente um amigo seu, o Tomás, e este comunicou esta iniciativa ao seu Presidente de Câmara, que imediatamente "agarrou" a ideia e já estão a tratar do assunto. A ideia partiu de nós, mas outra Câmara antecipou-se e, mais uma vez, a Câmara da Pesqueira ficou para trás. Era bom começar a evitar estas situações. As ideias nascem aqui, depois são outros Municípios a avançar com elas.

Passada a palavra ao Senhor Sebastião Mesquita, este referiu ter três assuntos para falar acerca da atividade municipal. Começou por falar na SISAB e congratulou o Executivo pelas belíssimas imagens transmitidas através dos meios de comunicação. Questionou o Senhor Presidente da Câmara, se o Senhor Presidente da República gostou do vinho do nosso concelho e se o convidou a visitar o concelho de S. João da Pesqueira. Relativamente ao Apoio à Família, tem conhecimento que a Câmara apoia no horário pós-escolar. Deixou uma sugestão, as creches têm de funcionar com horários adaptados. A creche de

Ervedosa está a praticar o horário desde as cinco e meia da manhã para permitir que os pais trabalhem. Há outras creches no concelho onde isso não acontece e é necessário. Referiu o assunto dos postes de alta tensão que atravessam o nosso concelho. Durante oito ou nove assembleias na vigência do Executivo anterior, questionava sempre como estava o assunto e ninguém lhe respondeu, foi tudo ocultado perante a Assembleia Municipal neste processo e isso é processo crime.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que pudesse esclarecer as dúvidas e questões formuladas pelos deputados.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que manterá a participação em todos os eventos e feiras que entende. Estas Feiras são pertinentes à promoção do concelho. Na Essência do Vinho o Município participou em conjunto com a Capital Douro e o PI+PA 3G, repartindo os custos. Na BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa), o Município participou sozinho. Infelizmente a Câmara não tem técnicos habilitados para falar sobre vinhos, pelo que viram obrigados a contratar serviços a uma Enóloga para o SISAB (Salão Internacional do Setor Alimentar e Bebidas).

Tem a noção de que o alargamento do ginásio é uma prioridade e que está a avaliar e quando será possível executá-lo.

A contrapartida que o Município oferece às IPSS no âmbito do serviço de Apoio à Família é totalmente desigualitária. Existe uma IPSS que tem protocolo com a Câmara e que prevê o pagamento de uma funcionária, há outra IPSS em que a funcionária é paga sem protocolo. Não existe um critério igual para todas as IPSS, pelo que defende a criação de um regulamento mais ajustado à realidade e igualitário. Informou que a Câmara paga às IPSS por cada aluno dois euros e setenta e cinco por refeição. Os pais sem escalão A pagam o restante, o que reverte para a Câmara. No entanto no Centro Escolar da Pesqueira isso não acontece, tendo vindo a Pesqueirâmica a receber duplamente o valor acima referido da Câmara Municipal e a prestação dos pais.

Em Ervedosa permanece uma técnica paga pela Câmara para prestar serviço no Apoio à Família, pese embora desempenhe as suas funções para a creche. Existem Centros Escolares onde o Apoio à Família durante as férias é pago ao Município, e outras pago às IPSS. A ideia é definirem-se regras iguais para todos. O Largo da Feira era uma obra que já estava adjudicada. Pretendemos desenvolver outras atividades como a Vindouro e a Festa dos Saberes e Sabores nesse local. A obra não previa qualquer edifício, nem sequer casas de banho. Porém foi acordado com o empreiteiro construir casas de banho, no local como é essencial. É importante que a Vindouro se realize com mais condições e atividades. No seu entender, deve-se pensar na Vindouro como festival, trazer mais gente. O Museu do Vinho oferece aos expositores boas condições, mas entende necessário um espaço onde possam coexistir vinhos, gastronomia, expositores e outros, dinamizando mais a Vindouro.

De dezembro até ao momento, a dívida aos bancos era de três milhões quinhentos e quarenta e cinco euros, atualmente é de três milhões quatrocentos e sessenta e três euros. Cerca de seiscentos mil euros, ou seja, o resto tem a ver

com o que falta pagar, refeições, seguros, calçadas, materiais, gás, rádio etc. Muitas dívidas provêm do anterior Executivo.

Relativamente à gestão das águas em baixa, estão a analisar o melhor para o Município, embora tenda a considerar que o melhor seria uma empresa intermunicipal controlada pelos Municípios.

Quanto à ala do edifício no Centro de Saúde pensa que em dois mil e seis a Pesqueiramiã, aquando da construção do lar, necessitando daquele espaço para acolher os idosos, fez obra através de candidatura para Unidade de Apoio Integrado, não para Unidade de Cuidados Continuados.

A Senhora Rosa Teixeira interveio dizendo que lhe foi dito na altura que a candidatura era mesmo no âmbito de Unidade de Cuidados Continuados e que foram preferidos por Tabuaço ou Sernancelhe.

O Senhor Presidente da Câmara disse que entende que devemos utilizar em toda a correspondência o logótipo do Património Mundial.

É intenção do Município, tendo sido também objeto de auditoria organizacional, reformular a toda a estrutura organizacional (organograma), definindo-se uma nova divisão de desenvolvimento económico e social e a revitalização do Gabinete de Comunicação e Imagem. A partir daí, definem-se as estratégias de marketing e de publicitação.

Quanto à questão da EDP, é verdade que o Senhor Sebastião Mesquita abordou muitas vezes este assunto na anterior Assembleia. Nunca lhes foi dada nenhuma resposta, mas na verdade o acordo foi assinado pelo anterior executivo, pelo que não sabe se iremos a tempo de alterar o protocolo.

A Senhora Presidente da Assembleia agradeceu as intervenções, fez um intervalo de dez minutos para reflexão da correspondência entregue.

Retomados os trabalhos, foram entregues à Mesa os dois nomes para criação de uma Comissão de trabalho para valorização do Interior.

Ponto 2 - Análise, discussão e votação da Versão Final da Proposta do Plano Diretor Municipal.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal iniciou o ponto, questionando o Senhor Presidente da Câmara se queria intervir naquele momento, ou interviria após os Senhores Deputados.

O Senhor Presidente da Câmara disse que todos os membros tinham acesso à informação e declarou que após as intervenções clarificava qualquer dúvida existente.

A Senhora Presidente da Assembleia abriu inscrições para discussão do ponto.

A palavra foi passada ao primeiro interveniente, Francisco Pereira, este admitiu ter feito alguma análise, mas considerou o documento bastante técnico, não sendo fácil interpretá-lo. O PDM foi aproveitado do Executivo anterior havendo, assim, alguns acréscimos. Disse ter reparado que tinham incluído um novo canal, para uma nova via, que desse acesso ao concelho de Carraceda de Ansiães, com ligação ao IC5 e alguns acertos nos limites urbanos. O atual Executivo pretendia efetivamente que o PDM fosse aprovado dado o montante gasto em volta do PDM e devido a alguma pressão por parte da CCDR para aprovação. Questionou se o novo canal será realmente viável, se já têm valores orçamentais

temporais para a execução de um projeto desta dimensão. Onde se iniciaria e onde terminaria, a nova variante não esteve em discussão pública, não sabe se terá de estar ou não, implica muitas situações e as pessoas não puderam reclamar. Deixou uma sugestão relativamente à data de entrada em vigor do mesmo. Questionou se é possível, no mínimo, colocar um prazo de cinco dias para entrada em vigor após publicação em Diário da República, ao invés de um dia útil. Isto porque se "pode estar a deitar para o lixo" muito trabalho técnico já concluído e muito dinheiro já investido. O PDM está melhorado devido às muitas reclamações e deixou um agradecimento à Engenheira Conceição Martins, pois "esteve à frente de muitas delas".

O Senhor Eduardo Frederico começou por dizer que este Executivo não se reverá muito no PDM, pois é anterior à sua tomada de posse. A capacidade de intervenção foi reduzida, no entanto, é de opinião que algumas situações devem ser revistas, não todo o PDM obviamente, pois isso traria grandes despesas ao Município que não tem condições económicas para tal. No documento disponível existem dois planos, o de execução e o de financiamento. O plano de execução é perceptível, mas no de financiamento nem uma linha. Na sua opinião, deviam estar inseridas as fontes de receção do dinheiro, cerca de dezassete milhões de euros.

O Senhor Fernando Pereira lembrou ter muitas reservas relacionadas à discussão do PDM. Concorda com o Senhor Francisco Pereira quanto ao tempo da entrada em vigor e pensa que deveria dar-se um tempo para as pessoas com projetos terem uma margem de manobra. Reparou que o documento apresentado englobava a nova via, não havendo discussão pública da mesma. Perguntou se não esteve em discussão, se será válida essa alteração e se valerá a pena proceder à mesma, tendo em consideração os custos eventuais da variante de S. J. Pesqueira para Nagoselo e depois para a outra margem do rio. Há uns anos, um projeto parecido não avançou por causa do impacto ambiental. Questiona se é mesmo exequível esta via, já que existe outra para os lados de Armamar.

O Senhor Adelino Lopes não acompanhou o PDM de início, no entanto referiu não achar este plano suficientemente ambicioso, esperava mais depois de tantos anos. No que respeita às localidades é restritivo, diminui o perímetro urbano de todas as localidades, não atendendo à especificidade de algumas. No Vale de Vila, cerca de 30% da localidade não tem via para passagem de automóveis, como diminuíram o perímetro, questiona quem é que atualmente irá restaurar uma casa para onde não consegue passar uma ambulância, onde não passam carros. Diminuindo os perímetros, pergunta onde esteve o fator de desenvolvimento e de coesão, como é que se fixam os jovens.

O Senhor Joaquim Carvalho referiu que o PDM demorou muitos e muitos anos, há mais de dez anos que ouve falar no PDM. Tem a certeza de que se gastou muito dinheiro. Espera que, aquando da entrada em vigor do PDM, ninguém culpabilize este Executivo, pois receberam o PDM já consumado. Questionou qual o custo global deste documento, já que o mesmo foi executado a muito longo prazo. Comparou com outros município de outros concelhos em que a execução do PDM foi muito mais célere do que em S. João da Pesqueira.

O Senhor Teófilo Anjos disse, no momento, o ponto ser somente análise e votação, pois o prazo de discussão terminou. As pessoas tiveram oportunidade para o discutir e zelar pelas suas freguesias. O PDM é o documento mais importante do concelho, um documento do presente, mas essencialmente um documento para o futuro. A elaboração do PDM teve custos muito elevados e agora aprova-se ou não se aprova, declarou. A não aprovação do documento vai acarretar custos elevadíssimos e o Município não tem orçamento para recomeçar. Questiona se é possível a curto, médio prazo fazer alterações ao documento se existirem pretensões de construção. Concorda com o Senhor Adelino Lopes, os perímetros foram diminuídos e ninguém vai restaurar casas sem acesso automóvel. Aquando da elaboração do PDM, propôs dois alargamentos relativamente à sua freguesia, foram contemplados, no entanto gostava que os perímetros se estendessem.

O Senhor Sebastião Mesquita disse que o último PDM é de 1994 e que está previsto na legislação que o PDM ser revisto a cada dez anos. Sugeriu a criação de uma caixa de reclamações para alterações daqui a seis anos. Andaram vinte e três anos sem nada ser feito, agora depois de feito vai muito aquém das expectativas. Gostava de saber em quanto ficou o PDM, quais os valores. Esteve um arquiteto quantos anos a viver de graça e a fazer a revisão do PDM, os técnicos recentes e a cartografia deviam ter ficado numa fortuna. Quanto ao alargamento das freguesias, há-de haver freguesias com necessidade de construção, mas há algumas com mais de 50% das habitações fechadas. Há que congregar ideias e daqui por seis, oito anos fazer-se uma revisão.

A Senhora Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara afirmou que o PDM deve ser revisto obrigatoriamente de dez em dez anos, mas o PDM do concelho de mil novecentos e noventa e quatro não o foi. A nova proposta não é a que ele idealizava, pois não é um plano ambicioso para o nosso concelho. Porém, referiu que quando chegou à Câmara o período de discussão pública já estava encerrado e a comissão de acompanhamento extinta. Assim tínhamos duas opções: não aprovar e voltar à estaca zero, que acarretaria uma elevada despesa para o Município, ou aprovar com a possibilidade de se proceder no futuro a alterações pontuais. Sofreu pressão por parte da CCCR do Porto para a aprovação do mesmo até dezembro. Não o fez, pois quis inteirar-se do documento e fazer algumas exigências que conseguiu, assim, alargando o prazo para fevereiro. Houve alteração de um ou outro pormenor que pensaram ser pertinente, designadamente a adição de um espaço canal para uma possível futura nova via através da Carrazeda, IC5 a Vila Real. Este canal já devia estar definido no plano desde o início, pois está determinado desde dois mil e três no PIOT-ADV. Considerou que tal alteração necessitaria de ser submetida a discussão pública, já que decorre do plano intermunicipal. Não sabe quando vai poder concretizá-la, dado que o quadro em vigor não prevê investimento em estradas, mas talvez o próximo quadro 2020/2030. Não vê qualquer inconveniente na entrada em vigor imediata ou no prazo de cinco dias, depois da publicação em Diário da República, pois os munícipes estão a par da

situação do PDM. Quanto aos custos não detém valores concretos. Foram envolvidos muitos custos desde licenciamentos, cartografias, técnicos afetos ao projeto, a arquiteta ligada ao projeto, por sinal bem remunerada, o anterior arquiteto também muito bem pago, quase cinco mil euros por mês. No caso de não ser aprovado, perdem a hipótese de se candidatarem a fundos europeus. Concluiu com alguma tristeza que não se identifica com este Plano, não concorda com partes do documento, mas pensa que todos perceberam porque o propôs. Foi gasto muito tempo e dinheiro, é um pouco melhor do que o PDM anterior e poder-se-á alterar a qualquer altura, mas a decisão é da Assembleia Municipal.

O Senhor Francisco Pereira questionou se o novo canal passaria pelo restaurante Carocha, por Nagoselo e se está na planta de ordenamento, exceto nas condicionantes.

O Senhor Presidente da Câmara confirmou o local, esclarecendo que o referido espaço canal consta da planta de ordenamento e não da planta de condicionantes.

O Senhor Fernando Pereira interrogou se houve alteração na via Armamar/Tabuaço.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que as alterações feitas pelo Executivo não tiveram qualquer relação com essa via, mantendo-se também no plano.

O Senhor Fernando Pereira afirmou que a tipologia era a mesma, sem condicionantes, só ordenamento.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o novo canal é o mesmo, está na planta de ordenamento e não na planta de condicionantes, pois apenas seria possível incluí-lo na planta de condicionantes com uma nova comissão de acompanhamento. A ideia foi proporem o mínimo para futura negociação em termos de infraestruturas rodoviárias para o nosso concelho.

O Senhor Sebastião Mesquita questionou se o índice de construção aumentou de 0,5 a 0,8 com o novo PDM.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que depende da localidade em causa e que estaria tudo explícito no Regulamento.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo este aprovado por maioria, com as abstenções dos Senhores Francisco Pereira, João Monteiro, Raul Fernandes, Fernando Pereira e Adelino Lopes.

De seguida, passou a palavra ao Senhor Francisco Pereira para fazer declaração de voto.

O Senhor Francisco Pereira em declaração de voto afirmou que o PDM era um documento de importância vital. Não contribui e pelo contrário, reduz o progresso e o futuro do concelho. Diminui os índices na diminuição dos pisos, uma clara diminuição das zonas urbanas e utilização de ortofotomapas desatualizados. Um PDM que é fruto de negociações, cedências de muitos remendos com entidades que regulam e controlam em excesso o mesmo, condicionando um instrumento que é só o mais importante para o desenvolvimento das nossas terras. Entidades que ditam as leis e as regras para a versão final, condicionando estruturalmente o concelho quando deveriam ser as

Juntas de freguesia, o concelho, as populações a serem os principais autores e não o foram. Não se revêm em nada disto e no resultado da versão final da proposta do PDM que aqui se fez a análise, discussão e votação, justificamos assim o nosso voto de abstenção.

O Senhor Adelino Lopes justificou o seu voto de abstenção pela falta de ambição do plano.

O Senhor Eduardo Frederico votou favoravelmente apesar de se não rever neste PDM, o documento é demasiado importante e a não aprovação traria demasiados custos para o Executivo.

Ponto 3 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Núcleo Local de Inserção.

A Senhora Presidente da Assembleia pediu aos representantes dos grupos parlamentares que apresentassem nomes e proceder à respetiva votação.

O nome apresentado foi o Senhor José Manuel Vilas Boas, Presidente de Junta do Castanheiro do Sul, proposto pelo PNT - Pela Nossa Terra. Foram distribuídos os boletins de voto, seguindo-se a votação. A Senhora Presidente da Assembleia Municipal chamou à mesa um membro do PSD para se proceder à contagem dos votos. Dos vinte e três membros da Assembleia presentes, apurou-se o seguinte resultado - Proposta A: dezoito votos a favor e cinco brancos.

A Senhora Presidente da Assembleia comunicou os nomes dos membros a integrar a Comissão para organização do cartaz de comemoração do vinte e cinco de abril. Do PNT, a Senhora Marcolina Sequeira e o Senhor Vítor Tomé. Do PSD, foram indicados a Senhora Rosa Teixeira e o Senhor João Monteiro. Estes elementos, juntamente com a Presidente da Assembleia Municipal, irão programar atividades para comemoração do vinte e cinco de abril.

Relembrou o assunto da Moção de Apoio ao Movimento pelo Interior em nome da coesão e abriu inscrição para debate deste assunto.

O Senhor Eduardo Frederico apoiou a iniciativa, pois lutar pelo Interior não é tarefa fácil e quanto mais união melhor, nomeadamente quando a descentralização está à porta. É preciso reter as populações no Interior e criar condições para isso.

O Senhor Vítor Tomé, no uso da palavra, declarou que o documento distribuído não referia acessibilidades, a Guarda está bem servida, mas a Pesqueira não. Devemos participar nesta moção, bem como elaborar um documento do que nos faz falta.

O Senhor Francisco Pereira reforçou a ideia de ser uma iniciativa louvável. Há muitos anos que se fala em atrair investimento, atrair pessoas, muitos jovens com formação e sem emprego. Muitos vão saindo do nosso território e é uma ideia muito boa para se criar um movimento e termos algum poder junto do governo, pois infelizmente assistimos à desertificação diária.

O Senhor Sebastião Mesquita enalteceu a iniciativa, pois só assim se consegue viabilizar pretensões. Devemo-nos juntar para ter peso, há uns anos uma zona do país batalhou e conseguiram autoestradas sem portagens em determinadas zonas, já que somos poucos, temos de nos associar e reivindicar.

Findas as intervenções a Senhora Presidente da Assembleia Municipal pensa que se deve aderir à moção, unindo as forças para se conseguir fazer algo mais. É importante captar jovens, trazê-los para o nosso Interior e só conseguiremos fazê-lo através da criação de acessibilidades. Vive a realidade como Diretora do Agrupamento de Escolas, cada vez mais o concelho perde mais crianças. Temos uma perda de mais ou menos trinta alunos por ano, isto tudo associado à emigração, são os jovens que saem e levam as crianças, e tantas outras não nascem cá. É uma problemática preocupante enquanto Presidente da Assembleia, mas mais como Diretora do Agrupamento de Escolas, temos de unir forças e lutar pelos nossos interesses. Ficou agradada pelas intervenções dos membros da Assembleia. Colocou a proposta de adesão à Moção pelo Interior a votação. Foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Eduardo Frederico pediu autorização para ler um texto, contributo para a adesão à moção. "Na sequência do ofício da Câmara Municipal da Guarda para adesão da moção para o Interior, a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, após debate na sessão de vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezoito, decidiu por unanimidade aderir ao referido movimento dado o seu carácter partidário e orgânico como prometendo participar no debate de ideias, apresentar sugestões de defesa de interesses dos munícipes que representa, designadamente para contrariar o despovoamento e desertificação do Interior, o acesso à saúde, à justiça e educação em moldes idênticos aos das populações litorais. A esperada descentralização para dar uma resposta concreta, garantindo não apenas o financiamento a transitar para os Municípios, mas contribuindo também para o tecido humano e económico da região."

O Senhor Francisco Pereira concordou com o Senhor Eduardo Frederico, dizendo ser importante a criação de uma Comissão para integrar esta missiva.

O Senhor Eduardo Frederico referiu dada a importância desta moção, deve também ser integrada pelo Executivo.

A Senhora Presidente da Assembleia solicitou um nome de cada bancada parlamentar para a comissão, tendo esta ficado composta pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, pela Senhora Presidente da Assembleia e pelos Senhores Eduardo Frederico e Francisco Pereira.

De seguida, informou da chegada à mesa uma inscrição para período de intervenção do público, feita pela Senhora Lourdes Marinho. O assunto é referente à CPCJ, adiado desde a sessão de Assembleia de dezembro e, ainda, sobre funcionamento da Asdouro Promopesqueira.

A Senhora Lourdes Marinho saudou os presentes desejando a todos felicitações autárquicas. Começou por dizer que ao abrigo do Regimento, a intervenção do público é de trinta minutos, a Senhora Presidente da Assembleia interveio informando-a, que apenas dispunha de 5 minutos no máximo, conforme o definido no Regimento da Assembleia. A Senhora Lourdes Marinho afirmou ter sido eleita em lista proposta pelo PNT, como representante da Assembleia na CPCJ.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que a parte destinada ao público seria somente para colocar questões e que a Senhora Lourdes Marinho estava a fazer um esclarecimento sobre a CPCJ e que o Presidente da

mesma está disponível para se dirigir à Assembleia, de modo a esclarecer dúvidas quando solicitado.

A Senhora Lourdes Marinho interveio dizendo que uma vez que o Presidente da CPCJ vem à Assembleia Municipal a pedido, fez referência à Asdouro, dado que uma vez aparece como Asdouro, por vezes como Esprodouro e outras vezes como Promopesqueira. A Promopesqueira foi constituída como uma associação de desenvolvimento local.

A Senhora Presidente da Assembleia, dado que a Senhora Lourdes Marinho estava a fazer afirmações e não questões e sendo o período de intervenção do público destinado a questões, definiu que o tempo de intervenção ao público cessaria no momento.

O assunto Promopesqueira irá ser facultado aos membros para futuros esclarecimentos, caso assim o entendam, pois a grande parte dos membros são novos e não conhecem esta temática, nem mesmo a Presidente da Assembleia Municipal saberá responder.

Perante a insistência da Senhora Lourdes Marinho sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para esclarecer não ter qualquer problema quanto à intervenção da Senhora Lourdes Marinho. Pode fazer as intervenções que desejar, dar conhecimento das temáticas, contudo por uma questão de cumprimento de regimento, a Senhora Lourdes Marinho não poderia intervir por mais que cinco minutos e teria de colocar questões e não dissertações.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal retomou a palavra para solicitar a aprovação em minuta dos pontos 2 e 3, estes foram aprovados por unanimidade.

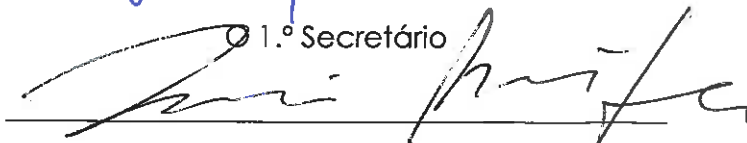
ENCERRAMENTO:

A Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às dezanove horas, agradecendo a todos os membros a sua presença, pela forma como decorreu a reunião mostrando que qualquer um pode sempre trazer novas ideias para cada sessão. Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de lida, colocada a votação e aprovada por maioria, irá ser assinada pelos Membros que constituíram a Mesa e que a redigiram.

A Presidente da Assembleia Municipal



1.º Secretário



2.º Secretário

